



Diário Oficial Jarinu

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

Praça Francisco Alves Siqueira Junior, 111 -
Jardim da Saúde. Jarinu/SP
CEP 13240-187

(11) 4016-8200
www.jarinu.sp.gov.br

04 maio 26

Edição nº 522

Página 1 de 8

SUMÁRIO

GOVERNO Decretos	2
ADMINISTRAÇÃO Compras, Licitações e Contratos	2
EDUCAÇÃO Resoluções.....	4
CÂMARA MUNICIPAL Atos do Poder Legislativo	7

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Jarinu, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Jarinu poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://jarinu.sp.gov.br/diariooficial>. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Jarinu
CNPJ: 45.780.079/0001-59
Endereço: Praça Francisco Alves
Siqueira Junior, 111 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-8200

Câmara Municipal de Jarinu
CNPJ: 01.569.688/0001-98
Endereço: Rua Antônio de Aguiar
Peçanha, 200 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-4330

**GOVERNO | Decretos****DECRETO Nº 3560 DE 15 DE ABRIL DE 2026**

Qualifica como Organização Social – O.S., nos termos da Lei Municipal nº 1.952 de 20 de março de 2014 – protocolo Nº 4.038/2025, Instituto de desenvolvimento, ensino e assistência a saúde – ideias.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, prefeita de Jarinu, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 62, inciso VI da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO que, a Lei Municipal nº 1.952 de 20 de março de 2014, dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como organizações sociais;

CONSIDERANDO, ainda, o artigo 4º da referida Lei, que estabelece os requisitos específicos para que entidades privadas habilitem-se como organização social;

CONSIDERANDO, ademais, a aprovação da Secretaria Municipal de Saúde, determinada pelo artigo 4º, II, à qualificação como Organização Social para atuação na área de saúde, Instituto de desenvolvimento, ensino e assistência a saúde - ideias, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.006.302/0004-88, por atender aos requisitos dos artigos 4º e 5º da Lei nº 1.952, de 20 de março de 2014;

CONSIDERANDO, por fim, o que consta no Protocolo 4.038/2025

DECRETA

Art. 1º Fica qualificada como ORGANIZAÇÃO SOCIAL – O.S., para atuação na área da saúde do Município de Jarinu, a Entidade denominada Instituto de desenvolvimento, ensino e assistência a saúde - ideias, com sede estabelecida na Rua Deputado Joaquim Ramos, nº 125, Centro, Jaguaruna, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.715-000.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

MIRAILTON MOREIRA GOMES
Secretário Municipal de Saúde

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial Eletrônico Municipal e registrado na Secretaria de Governo

DALTO SORANZ
Secretário Municipal de Governo

DECRETO Nº 3.569 DE 04 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre PRORROGAÇÃO DE PRAZO da Lei Complementar nº 240, de 06 de novembro de 2025, que dispõe sobre a Regularização de Edificações; desdobra ou

desmembramento em desacordo com a legislação vigente, porém já consolidadas, e dá outras providências, no município de Jarinu.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 62, VI da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o disposto no Artigo nº 20 da Lei Complementar nº 240/2025, que autoriza o Poder Executivo a prorrogar os prazos nela previstos;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade do programa de regularização, diante da demanda administrativa ainda existente;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica prorrogado por 180 (cento e oitenta) dias o prazo para regularização previsto na Lei Complementar nº 240 de 06 de novembro de 2025.

Art. 2º. A prorrogação de que trata este Decreto destinam-se à apresentação de documentação e ao recolhimento dos valores devidos pelos contribuintes, necessários à regularização prevista na referida Lei Complementar

Art. 3º. Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Complementar nº 240/2025 e de suas normas regulamentares, no que não conflitem com este Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

ROSE REGINA NOVAES MINGOTTI
Secretária Municipal de Obras e Urbanismo

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial Eletrônico Municipal e registrado na Secretaria Municipal de Governo e Planejamento

DALTO SORANZ
Secretário Municipal de Governo

ADMINISTRAÇÃO | Compras, Licitações e Contratos**AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PROCESSO Nº 105/2026**

A Prefeitura Municipal de Jarinu torna público a abertura de prazo para cotação em que visa à Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de assessoria jurídica e técnica na implementação da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) – Ciclo 2, no Município de Jarinu/SP, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

TIPO: BAIXO VALOR



PRAZO INICIAL : 05/05/2026

PRAZO FINAL : 07/05/2026

REGÊNCIA: ART. 75, §3º da LEI Nº 14.133/21.

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados podem tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência no site www.jarinu.sp.gov.br, bem como, posteriormente, apresentar proposta de preços, através dos e-mails: compraspmj@jarinu.sp.gov.br, cotacao@jarinu.sp.gov.br e compras@jarinu.sp.gov.br.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PROCESSO Nº 123/2026

A Prefeitura Municipal de Jarinu torna público a abertura de prazo para cotação em que visa à Aquisição de televisores do tipo smart TV nos tamanhos 43", 50" e 75" conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL : 06/05/2026

PRAZO FINAL : 08/05/2026

REGÊNCIA: ART. 75, §3º da LEI Nº 14.133/21.

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados podem tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência no site www.jarinu.sp.gov.br, bem como, posteriormente, apresentar proposta de preços, através dos e-mails: compraspmj@jarinu.sp.gov.br, cotacao@jarinu.sp.gov.br e compras@jarinu.sp.gov.br.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PROCESSO Nº 109/2026

A Prefeitura Municipal de Jarinu torna público a abertura de prazo para cotação em que visa à Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de segurança desarmada, com fornecimento de mão de obra treinada e qualificada, composta por homens e mulheres uniformizados, para atuação em eventos esportivos e culturais promovidos pela Prefeitura Municipal de Jarinu/SP, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL : 05/05/2026

PRAZO FINAL : 07/05/2026

REGÊNCIA: ART. 75, §3º da LEI Nº 14.133/21.

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados podem tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência no site www.jarinu.sp.gov.br, bem como, posteriormente, apresentar proposta de preços, através dos e-mails: compraspmj@jarinu.sp.gov.br, cotacao@jarinu.sp.gov.br e compras@jarinu.sp.gov.br.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA SORTEIO PÚBLICO À ORDEM DE CREDENCIAMENTO

Chamamento Público 001/2026 - Edital nº 001/2026 – Processo nº 212/2025. Objeto: CREDENCIAMENTO DE AGÊNCIAS DE VIAGENS PARA A AQUISIÇÃO DE PACOTES DE VIAGENS OFICIAIS, COMPREENDENDO PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, INCLUINDO BAGAGEM DESPACHADA E SEGURO-VIAGEM PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JARINU E GABINETE DA PREFEITA, COM FUNDAMENTO NO ART. 79 E SEGUINTE DA LEI Nº 14.133/21. A Presidente da Comissão Licitatória - PORTARIA Nº 13.537, DE 14 DE MAIO DE 2025, abaixo subscrita, CONVOCA os licitantes e interessados, para a SESSÃO DE SORTEIO E AVALIAÇÃO DE HABILITAÇÃO AO CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS, no dia 12/05/2025, às 10h00min (dez horas) na Divisão de Compras, no Paço Municipal, localizado na Praça Francisco Alves de Siqueira Jr, 111 - Jardim da Saúde, Jarinu/SP, CEP: 13240-187.

Jarinu, 04 DE MAIO DE 2026.

HELNILY RAMOS RAGASSO
SECRETÁRIA ADJUNTA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PROCESSO Nº 152/2026

A Prefeitura Municipal de Jarinu, tornar público a abertura de prazo para cotação em que visa à Aquisição parcelada por um período de 12 meses de fraldas descartáveis infantil para atendimento de mandado judicial, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL : 05/05/2026

PRAZO FINAL : 08/05/2026

REGÊNCIA: ART. 75, §3º da LEI Nº 14.133/21.

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados podem tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência no site www.jarinu.sp.gov.br, bem como, posteriormente, apresentar proposta



de preços, através dos e-mails: compraspmj@jarinu.sp.gov.br, ctacao@jarinu.sp.gov.br e compras@jarinu.sp.gov.br.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63/2025

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEPÓSITO (GUARDA), OPERAÇÃO E GESTÃO DE PÁTIOS, COM ESTRUTURA DE TRANSPORTE (GUINCHOS) PARA REMOÇÃO DE VEÍCULOS EM RAZÃO DE INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO OU DE ABANDONO NA VIA PÚBLICA, ATÉ A ENTREGA AOS LEGÍTIMOS PROPRIETÁRIOS OU ADQUIRENTES EM HASTA PÚBLICA, CONFORME APROVADO PELA LEI FEDERAL Nº 9.503/97, E SUAS ALTERAÇÕES, NAS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTES TERMOS DE REFERÊNCIA, SEUS ANEXOS A E NO RESPECTIVO CONTRATO DE CONCESSÃO.

A Presidente da Comissão Licitatória - PORTARIA Nº 13.537, DE 14 DE MAIO DE 2025, abaixo subscrita, torna público os recursos interpostos pelos participantes em face do resultado de habilitação para o prazo de contrarrazões, que devem ser protocoladas conforme disposições editalícias, conforme anexos disponíveis no site da Prefeitura de Jarinu / Licitações / modalidade edital de concorrência / disponível: <https://www.jarinu.sp.gov.br/licitacoes/concorrenca-n-0062025-edital-462025>.

Jarinu, 04 de maio de 2026.

HELNILY RAMOS RAGASSO
SECRETÁRIA ADJUNTA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDUCAÇÃO | Resoluções

RESOLUÇÃO SME Nº 03, DE 28 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre a implementação e funcionamento do GEAPE – Grupo de Estudo e Apoio Pedagógico, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Jarinu/SP.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARINU, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 205, 206 e 211 da Constituição Federal, que asseguram o direito à educação e o dever do Estado em garanti-la com padrão de qualidade;

CONSIDERANDO o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente em seus artigos 2º, 3º, 4º e 12, que tratam do direito à aprendizagem, da gestão do ensino e das responsabilidades dos sistemas de ensino;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o direito à aprendizagem a todos os estudantes da rede municipal;

CONSIDERANDO os resultados das avaliações diagnósticas

e externas que evidenciam defasagens nas aprendizagens essenciais;

CONSIDERANDO as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, bem como as matrizes de referência do SAEB e SARESP;

CONSIDERANDO o princípio da equidade educacional e a necessidade de implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens, conforme orientações do Ministério da Educação;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Jarinu/SP, o Grupo de Estudo e Apoio Pedagógico – GEAPE, com a finalidade de promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes.

Art. 2º O GEAPE constitui-se como política pública educacional de caráter suplementar e complementar, nos termos do art. 4º da LDB, com intervenções pedagógicas intencionais, sistemáticas, contínuas e baseadas em evidências de aprendizagem.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 3º O GEAPE tem como objetivos:

I – Recompôr aprendizagens essenciais em Língua Portuguesa e Matemática;

II – Fortalecer a aquisição do sistema de Escrita Alfabética;

III – Desenvolver leitura, compreensão e produção de textos;

IV – Consolidar o letramento matemático;

V – Promover a autonomia e o sucesso na trajetória escolar dos estudantes.

VI – Assegurar a progressão da aprendizagem com base em critérios pedagógicos alinhados à BNCC e às avaliações oficiais;

CAPÍTULO III

DO PÚBLICO-ALVO

Art. 4º O GEAPE destina-se aos estudantes do Ensino Fundamental que apresentem defasagens de aprendizagem, identificadas por meio de:

I – Avaliações diagnósticas;



II – Sondagens periódicas;

III – Acompanhamento pedagógico realizado pela unidade escolar.

Parágrafo único. A inclusão do estudante no GEAPE deverá observar critérios técnicos, pedagógicos e documentados, assegurando transparência e equidade no atendimento.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

Art. 5º O atendimento no GEAPE deverá observar:

I – Participação obrigatória do estudante em duas (2) sessões semanais, no contraturno escolar, conforme organização definida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo vedada qualquer alteração de carga horária, frequência ou organização do atendimento sem prévia autorização formal da Secretaria, observados os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da gestão do sistema de ensino.

II – A obrigatoriedade prevista no inciso I deverá ser compreendida como medida pedagógica recomendada, condicionada à adesão formal da família, nos termos da legislação vigente;

III – Organização do atendimento em, preferencialmente:

a) 1 (um) encontro para Língua Portuguesa;

b) 1 (um) encontro para Matemática;

Parágrafo único. Eventuais alterações na organização prevista neste inciso somente poderão ocorrer mediante necessidade pedagógica devidamente justificada e serão de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Educação, mediante autorização formal, vedada qualquer modificação por iniciativa unilateral da unidade escolar, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as diretrizes do sistema municipal de ensino.

IV – Formação de turmas com até 15 (quinze) estudantes, considerando o espaço físico disponível;

V – Agrupamento dos estudantes por níveis de aprendizagem semelhantes;

VI – Flexibilidade na organização dos grupos, permitindo reagrupamentos conforme evolução.

CAPÍTULO V

DAS ETAPAS DO PROCESSO

Art. 6º A implementação do GEAPE deverá seguir as seguintes etapas:

I – Diagnóstico das aprendizagens por meio de

avaliações;

II – Seleção dos estudantes com base em evidências pedagógicas;

III – A organização das turmas será realizada pela unidade escolar, com base em critérios técnicos e pedagógicos, devendo ser submetida à validação da Secretaria Municipal de Educação;

IV – Planejamento pedagógico com foco em habilidades essenciais;

V – Execução das atividades no contraturno;

VI – Monitoramento contínuo da aprendizagem;

VII – Reorganização dos grupos sempre que necessário;

VIII – Definição da saída do estudante mediante avanços comprovados.

CAPÍTULO VI

DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Art. 7º O atendimento do GEAPE será realizado:

I – Na própria unidade escolar, quando houver infraestrutura adequada;

II – Em polos definidos pela Secretaria Municipal de Educação, nos casos em que a unidade escolar não disponha de espaço adequado.

Art. 8º Nos casos previstos no inciso II do artigo anterior, caberá à Secretaria Municipal de Educação garantir o transporte dos estudantes até o local de atendimento.

CAPÍTULO VII

DA PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS

Art. 9º A participação do estudante no GEAPE:

I – Deverá ser previamente autorizada pelos pais ou responsáveis legais;

II – Exige ciência da família quanto aos objetivos e à importância;

III – Dependerá da formalização por meio de termo de autorização, em conformidade com o ordenamento jurídico e arquivado na unidade escolar.

IV. A participação do estudante no GEAPE implica corresponsabilidade da família ou responsáveis legais quanto à assiduidade e permanência nas atividades propostas, nos termos do art. 205 da Constituição Federal e dos arts. 2º e 6º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelecem a educação como dever compartilhado entre o Estado e a família.



§1º Compete aos pais ou responsáveis legais zelar pela frequência regular do estudante nas atividades do GEAPE, compreendidas como estratégia pedagógica essencial para a garantia do direito à aprendizagem e à superação das defasagens educacionais identificadas.

§2º A recusa injustificada ou a omissão quanto à participação do estudante, quando devidamente orientada e formalmente comunicada pela unidade escolar, poderá ser caracterizada como descumprimento do dever legal de assegurar a frequência escolar, nos termos do art. 55 da Estatuto da Criança e do Adolescente, sem prejuízo das medidas cabíveis, inclusive aquelas relacionadas à proteção integral da criança e do adolescente.

§3º Nos casos de reiterada ausência ou não adesão ao atendimento proposto, a unidade escolar deverá adotar os procedimentos de registro, comunicação e encaminhamento aos órgãos competentes, conforme previsto na legislação vigente.

CAPÍTULO VIII

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 10º Compete às Unidades Escolares:

- I – Identificar e selecionar os estudantes;
- II – Organizar as turmas;
- III – Planejar e executar as atividades;
- IV – Monitorar frequência e aprendizagem;
- V – Manter comunicação com as famílias.

Art. 11º Compete aos Professores:

- I – Desenvolver práticas pedagógicas diferenciadas;
- II – Realizar acompanhamento individualizado, com registros sistemáticos que subsidiem decisões pedagógicas;
- III – Registrar avanços e dificuldades;
- IV – Replanejar as ações pedagógicas conforme necessário.

Art. 12º Compete à Equipe Gestora:

- I – Acompanhar e monitorar as ações do GEAPE;
- II – Apoiar o trabalho docente;
- III – Garantir condições adequadas para o funcionamento do programa.
- IV – Monitorar sistematicamente a frequência dos estudantes no GEAPE, adotando medidas pedagógicas e administrativas necessárias à garantia de sua permanência e participação efetiva nas atividades, incluindo registro, acompanhamento individualizado e comunicação formal à família, nos termos

da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 13º Compete à Secretaria Municipal de Educação:

- I – Oferecer suporte pedagógico e técnico;
- II – Monitorar os indicadores de aprendizagem;
- III – Garantir transporte, quando necessário;
- IV – Avaliar os resultados do programa com base em indicadores educacionais oficiais e relatórios técnicos;

CAPÍTULO IX

DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 14º O acompanhamento do GEAPE será realizado por meio de:

- I – Avaliações internas e externas;
- II – Registros de evolução dos estudantes;
- III – Análise dos níveis de desempenho;
- IV – Monitoramento da frequência e permanência.

Parágrafo único. Os dados coletados deverão subsidiar a tomada de decisão da política educacional da rede, garantindo eficiência, eficácia e efetividade das ações.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15º A permanência do estudante no GEAPE será continuamente avaliada, podendo ocorrer sua saída quando demonstrar domínio das habilidades essenciais.

Art. 16º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação vigente.

Art. 17º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.


Jarinu, 28 de Abril de 2026.

Cristiane Apª Buzo de Lima
Secretária Municipal de Educação

GEAPE – Grupo de Estudo e Apoio Pedagógico

ANEXO I – TERMO DE AUTORIZAÇÃO E CIÊNCIA DA FAMÍLIA





Secretaria de Educação
Av. Antônio Soares Gomes, 141 - Jd. Saúde - Jarinu/SP
Tel. (11) 4016-9389

GEAPE – Grupo de Estudo e Apoio Pedagógico

ANEXO I – TERMO DE AUTORIZAÇÃO E CIÊNCIA DA FAMÍLIA

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, responsável legal pelo(a) estudante _____, matriculado(a) na unidade escolar _____, turma _____, ano/série _____, DECLARO que fui devidamente informado(a) sobre:

I – A finalidade do GEAPE, voltada à recomposição das aprendizagens essenciais;

II – A necessidade de participação no contrato escolar;

III – A organização das atividades pedagógicas;

IV – O acompanhamento e avaliação do estudante;

AUTORIZO a participação do(a) ESTUDANTE no GEAPE.

Declaro ainda estar ciente de que:

- A participação é fundamental para o desenvolvimento acadêmico;
- A frequência impacta diretamente os resultados;
- A escola manterá comunicação periódica;
- A participação do estudante no GEAPE implica corresponsabilidade da família ou responsáveis legais quanto à assiduidade e permanência nas atividades propostas, nos termos do art. 205 da Constituição Federal e dos arts. 2º e 6º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelecem a educação como dever compartilhado entre o Estado e a família.
- Compete aos pais ou responsáveis legais zelar pela frequência regular do estudante nas atividades do GEAPE, compreendidas como estratégia pedagógica essencial para a garantia do direito à aprendizagem e à superação das defasagens educacionais identificadas.
- A recusa injustificada ou a omissão quanto à participação do estudante, quando devidamente orientada e formalmente comunicada pela unidade escolar, poderá ser caracterizada como descumprimento do dever legal de assegurar a frequência escolar, nos termos do art. 55 do Estatuto da Criança e do Adolescente, sem prejuízo das medidas cabíveis, inclusive aquelas relacionadas à proteção integral da criança e do adolescente.

Jarinu/SP, ____ de _____ de 2026.

Nome/ Assinatura do responsável

Nome/ Assinatura do gestor escolar

neste Edital, no Termo de Referência (Anexo I), no Estudo Técnico Preliminar – ETP (Apêndice do Anexo I), na Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo II), e na Minuta de Termo de Contrato (Anexo III).

Fundamentação legal: Art. 28, inciso I, da Lei 14.133/2021; – Pregão Eletrônico.

Valor mensal: R\$ R\$ 33.366,78 (trinta e três mil, trezentos e sessenta e seis reais e setenta e oito centavos);

Valor Global: R\$ R\$ 400.401,36 (quatrocentos mil, quatrocentos e um reais e trinta e seis centavos);

Dotação/Despesa: Dotação Orçamentária - Ficha 3575 - 3.3.90.37.00 - Locação de Mão de Obra

Prazo de execução: Execução mensal;

Data da Assinatura do Contrato: 28 de abril de 2026.

Validade: 12 meses, prorrogáveis.

Registrado e publicado no Diário Oficial e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Câmara Municipal de Jarinu / SP, 29 de abril de 2026.

Rogério Pereira de Souza
Presidente

DISPENSA DE LICITAÇÃO - EXTRATO DE CONTRATO

Processo: nº 71/2026

Contratante: Câmara Municipal de Jarinu, CNPJ 01.569.688/0001-98, Rua Antônio de Aguiar Peçanha, nº 200, Jardim da Saúde, CEP 13240-186, Jarinu/SP.

Representante: Presidente Vereador Rogério Pereira de Souza.

Contratada: Jean Carlos da Silveira LTDA - CNPJ 14.651.416/0001-84.

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados e continuados em Tecnologia da Informação (TI), abrangendo planejamento, implantação, suporte, manutenção, segurança, monitoramento e documentação da infraestrutura tecnológica da CONTRATANTE, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência.

Fundamentação legal: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 (dispensa de licitação por valor).

Valor Global: R\$ 61.800,00 (sessenta e um mil, e oitocentos reais);

Dotação/Despesa: 3892 – 3.3.90.39 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica – Desdobramento da Despesa – Ficha 4420.

CÂMARA MUNICIPAL | Atos do Poder Legislativo

EXTRATO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2026

CRITÉRIO MENOR PREÇO

PROCESSO nº 03/2026

Contratante: Câmara Municipal de Jarinu, CNPJ 01.569.688/0001-98, Rua Antônio de Aguiar Peçanha, nº 200, Jardim da Saúde, CEP 13240-186, Jarinu/SP.

Representante: Presidente Vereador Rogério Pereira de Souza.

Contratada: Hp Servicos Terceirizados LTDA - CNPJ 54.792.791/0001-69

Objeto: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos terceirizados de limpeza, copeiragem, higienização, asseio, conservação e manutenção predial, bem como serviços de motorista, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas dependências da Câmara Municipal de Jarinu, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas



Prazo de execução: Execução mensal;

Vigência Contratual: 04/05/2026 a 04/05/2027, doze meses renováveis.

Data da autorização da dispensa de licitação: 08 de abril de 2026.

Registrado e publicado no Diário Oficial.

Câmara Municipal de Jarinu /SP, 30 de abril de 2026.

Rogério Pereira de Souza
Presidente